

(DES)VOZEAMENTO DE IDENTIDADES DE GÊNERO NO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE PESQUISAS PUBLICADAS EM PERIÓDICOS NA ÚLTIMA DÉCADA

(DE) VOICEING OF GENDER IDENTITIES IN ACCESS AND PERMANENCE IN HIGHER EDUCATION: BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF RESEARCH PUBLISHED IN JOURNALS IN THE LAST DECADE


Thiago Luiz Sartori 1
Bruno Gomes Pereira 2

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de analisar como está caracterizada a produção acadêmica no Brasil no que compete às políticas públicas de acesso e permanência de travestis e transexuais na educação superior nacional. A Fundamentação Teórica, mobilizada no tratamento dos dados, está alojada na interface entre os estudos aplicados da linguagem e os direitos humanos, partindo do pressuposto de que ambas as vertentes de conhecimento apresentam um arcabouço investigativo satisfatório à proposta aqui delineada. A Metodologia é de caráter documental e bibliométrico, tendo sido desenvolvida por intermédio no Portal de Periódicos da CAPES, ao adotar o recorte de tempo estabelecido entre 2012 e 2022. Os resultados revelam que a referida temática ainda é bastante incipiente junto às produções acadêmicas mapeadas, o que reafirma a importância de se discutir mais densamente sobre isso, face às demandas de uma sociedade emergente.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Identidades. Gênero.

Abstract: This work aims to analyze how academic production in Brazil is characterized in terms of public policies for access and permanence of transvestites and transsexuals in national higher education. The Theoretical Foundation, mobilized in the treatment of data, is housed in the interface between applied studies of language and human rights, based on the assumption that both strands of knowledge present a satisfactory investigative framework for the proposal outlined here. The methodology is documentary and bibliometric in nature, having been developed through the CAPES Periodicals Portal, by adopting the time frame established between 2012 and 2022. The results reveal that the aforementioned theme is still quite incipient with the mapped academic productions, which reaffirms the importance of discussing this more deeply, given the demands of an emerging society.

Keywords: Human Rights. Identities. Gender.

-
- 1 Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8295-0661>. E-mail: tlsartori@hotmail.com
 - 2 Doutor em Ensino de Língua e Literatura (Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente da Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN) e do Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli (UniA), Santo André (SP). Orientador do Instituto de Pesquisa e Educação Continuada da Universidade de São Paulo (USP). Bolsista Produtividade da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4083-3210>. E-mail: brunogomespereira_30@hotmail.com
- 

Introdução

A discussão sobre identidades de gênero tem se tornado uma temática cada vez mais presente em debates acadêmicos em várias áreas do conhecimento humano. Não raramente, pesquisas científicas alojadas na interface entre Ciências Humanas e Ciências Sociais tentam dar conta de uma gama de questionamentos a respeito dos gêneros em vários domínios sociais. Isso, por sua vez, nos parece significativo, partindo da premissa de que reverbera um discussão de inclusão e de reagregação social, demandado da nova conjuntura social (LATOURE, 2012).

Entretanto, ainda há muito o que se falar a respeito das identidades de gênero com foco em políticas públicas no Brasil, especialmente quando nos referimos ao acesso e à permanência de grupos entedidos como “minorias” no contexto da educação superior. Nesse sentido, estamos utilizando o termo “minorias” sob a égide ideológica de submissão social e cultural, a qual pode ser historicamente mapeada e problematizada (FABRÍCIO, 2017; HALL, 2006; HALL, 2003; BUTLER, 2003; BUTLER, 1997).

A partir disso, objetivamos, neste artigo, analisar como está caracterizada a produção acadêmica no Brasil no que compete às políticas públicas de acesso e permanência de travestis e transexuais na educação superior nacional. Entendemos que os grupos de gênero aqui evidenciados passam por uma latente repressão no que compete a sua atuação na educação superior, sendo, muitas vezes, expulsos do meio educacional de maneiras vexatórias, tal como revelam os trabalhos de Sartori (2022; 2020).

Diante do exposto, faz-se pertinente a seguinte pergunta de pesquisa: Como está caracterizada a produção acadêmica no Brasil no que se refere às políticas públicas de acesso e permanência de travestis e transexuais na educação superior nacional?

Para uma análise satisfatória dos dados de pesquisa, mobilizamos conhecimentos teóricos advindos dos estudos aplicados da linguagem dos direitos humanos, partindo do pressuposto de que ambas as vertentes de conhecimento apresentam um arcabouço investigativo satisfatório à proposta aqui delineada. Entendemos que, em razão disso, estabelecer zonas fronteiriças entre estes saberes pode conferir a esta pesquisa múltiplas possibilidades de desmembramentos.

A Metodologia é de caráter documental e bibliométrico, tendo sido desenvolvida por intermédio no Portal de Periódicos da CAPES, ao adotar o recorte de tempo estabelecido entre 2012 e 2022. Estamos concebendo as produções científicas mapeadas como documentos, uma vez que estas, por sua vez, semiotizam práticas sociais específicas dentro de um dado recorte de tempo e espaço (PEREIRA; ANGELOCCI, 2021; SÁ-SILVA *et al.* 2009; CELLARD, 2008; SEVERINO 2006).

Em suma, para compreendermos os meandros científicos sobre a discussão sobre identidades de gênero no contexto das políticas públicas, é necessário entendermos como os debates acadêmicos têm se estruturado. Isso, por sua vez, pode estabelecer relação direta com futuras projeções investigativas sobre a referida temática.

Questões sobre Gênero no Ensino Superior: Confluência entre Linguística Aplicada e Direitos Humanos

Neste tópico, apresentamos uma discussão teórica, de natureza interdisciplinar, a partir das interfaces estabelecidas em LA indisciplinar e os DH, entendendo-os como princípios teórico-metodológicos de natureza científica, que se estabelecem a partir da percepção das articulações dos atores sociais. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que se tratam de diretrizes importantes ao entendimento do homem em sociedade, bem como aos seus desdobramentos comportamentais dentro de um determinado recorte de tempo e espaço (MOITA LOPES, 2003; MOITA LOPES, 2006a; SIGNORINI, 2006; BOHN, 2013; PEREIRA, 2016; PEREIRA, 2017).

Dessa forma, é possível afirmar que a organicidade científica exige dos pesquisadores um olhar holístico, especialmente no que se refere à fluidez com a qual os saberes humanos se desenham dentro de um escopo social específico. Portanto, entender a LA e os DH de uma maneira indissociável é um olhar, no mínimo, ingênuo, pois a ausência de conversação entre as áreas do saber científico acarreta em respostas nem sempre satisfatórias (MORIN, 2011; MORIN, CIURANA,

MOTTA, 2003).

Compreendemos que a Linguística Aplicada (LA), enquanto vertente dos estudos científicos da linguagem, tem se estabelecido como uma percepção teórico-filosófica, sobretudo no que compete à relação que estabelece com práticas sociais concretas, com foco no homem em pleno exercício de suas intervenções sociais (MOITA LOPES, 2003b; MOITA LOPES, 2006b; KLEIMAN, 2013; LEFFA, 2013; PEREIRA, 2015). Por outro lado, os Direitos Humanos (DH) se constituem como espinha dorsal em investigações acadêmicas que versam sobre as movimentações sociais em suas essência, a partir das demandas emergentes de um homem a procura do seu lugar no contexto universal (CADEMARTORI, GRUBBA, 2012; MOLINARO, 2017; SARTORI, 2020; SILVA *et al*, 2021).

A organicidade dos pensamentos inerentes às referidas áreas do conhecimento mostram-se basilares na construção de um percurso complexo no âmbito das investigações científicas. Para tanto, pensar em zonas fronteiras mostra-se como uma estratégia metodológica pertinente ao atual cenário de investigação acadêmico-científica, caracterizado pela incerteza e pelo caos (MORIN, 2011; MORIN, 2006).

A Figura 01 ilustra o movimento articulatório entre LA e DH entendendo-as como áreas correlatas e, por essa razão, complementares dentro do recorte temático que apresentamos neste trabalho.

Figura 01. Articulação entre Linguística Aplicada e Direitos Humanos.



Fonte: Dos Autores

A figura acima é caracterizada por duas circunferências, que apresentam uma zona de sobreposição, sendo esta, por sua vez, o principal interesse teórico que trazemos neste artigo. A circunferência amarela representa a LA, englobando aspectos voltados ao empoderamento de grupos perifizados e seus efeitos enunciativos; já a circunferência azul representa os DH, a partir de suas discussões sobre direitos culturais e sociais, bem como seus desdobramentos a partir das práticas humanas.

Muitas são as pesquisas em LA que colaboram com a reflexão sobre o tema deste trabalho. Dentre as quais, podemos citar os trabalhos de Castro (2018; 2010), Maher (1998; 2007), Louro (2007) e Costa (2006). Tais pesquisas partem das discussões sobre identidades de gênero a partir de algum contexto específico.

Castro (2018; 2010) analisa como as identidades de gênero se configuram no contexto da educação infantil, entendendo-as como forma de representação do “eu” dentro de um espaço de domínio e demandas de poder. Para isso, a pesquisa se desenvolveu dentro de uma escola da educação infantil específica, localizada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Na ocasião, a investigação revelou que o contexto de geração de dados era construído a partir de ideologias dominantes do gênero, demonstrando resistências no que compete à presença de uma figura masculina no quadro docente.

Maher (1998; 2007), por sua vez, desenvolve sua discussão a partir de aspectos voltados à

pluralidade e ao multiculturalismo, fatores essenciais ao entendimento das múltiplas identidades que costuram um mesmo sujeito social. Nesse sentido, no escopo dos estudos aplicados da linguagem, o termo “identidades” costumeiramente pe utilizado no plural, partindo da premissa de que são várias, de maneira a emergir dependendo de fatores sociotagmáticos.

Louro (2007), por sua vez, discorre sobre a relação das identidades de gênero a partir da emergência de uma sociedade pós-moderna. Em suas pesquisas, revela o teor socialmente polissêmico adotado pelo termo “feminilidade”, convidando o leitor e repensar valores de gênero socialmente aferidos ao termo. Assim, propõe significados que extrapolam as barreiras da palavra e encontram no recorte social e temporal aspectos motivadores à compreensão do comportamento humano no que se refere à percepção de fragilidade a partir do gênero.

Já Costa (2006) propõe a discussão sobre identidades de gênero e a prática educacional, que vai desde o magistério às políticas públicas de materialização das práticas discursivas circundantes. Nesse aspecto, o autor analisa a cultura como um conjunto político que se constroi a partir de relação intrínseca e extrínseca. Em outros termos, pensar na prática do magistério implica levar em consideração um olhar político lançado sobre elas, para que estas consigam gerar sentidos dentro de onde operam.

No campo dos DH, há uma densa discussão a respeito do que seriam estes direitos. Nesse sentido, entendemos que os DH constituem uma rede de discussões de imanência interdisciplinar, partindo da premissa de que estabelecem diálogos com várias áreas do conhecimento, na tentativa de responder às indagações investigativas de maneira complexa. Nesse sentido, podemos elencar as discussões travadas por Silva *et al.* (2021), Sartori (2020), Molinaro (2017) e Cademartori e Grubba (2012).

Silva *et al.* (2021) discutem a respeito da importância de se criar uma cultura multidimensional no contexto escolar, com vistas a garantir o bem-estar de todos, partindo da premissa de que a escola é um verdadeiro mosaico relacional. Nisso, os autores entendem que os DH estão diretamente solúveis às práticas sociais, ao considerarem que os DH nada mais são que perspectivas salutares de entendimento dos aspectos comuns da humanidade.

Ao avançar um pouco mais na discussão, Sartori (2020) descreve e analisa situações que podem configurar violência homofóbica no ambiente escolar a partir das orientações dos DH. Para isso, o autor enfatiza aspectos advindos da gestão de uma realidade localizada no Estado de São Paulo. Trata-se de uma projeção investigativa bastante representativa, partindo da premissa de que o olhar do gestor agrega ideologias circundantes, o que pode resultar em vários desdobramentos de violência.

Já Molinaro (2017) estabelece um diálogo teórico bastante pertinente ao entedimento dos DH como uma perspectiva teórica de reagregação social. O autor problematiza o papel dos DH na estruturação para uma sociedade intercultural. Para isso, trata o respeito e a dificuldade de convivência como pontos importantes ao ato de repensar aspectos comportamentais em meio a uma sociedade em franca transformação.

Por fim, Cademartori e Grubba (2012) analisam em que medida os DH podem dialogar com os Direitos Fundamentais, com vistas a entender os mecanimos dialógicos do Estado de Direito Contemporâneo. Os autores reforçam a necessidade de constar densamente as diretrizes dos DH em normativas nacionais e internacionais, com vistas a garantir sua execução e, com isso, serem garantidos.

Em suma, entendemos que as pesquisas mencionadas podem colaborar, diretamente, ao entendimento da problemática de pesquisa deste trabalho, partindo do princípio de que as políticas de cotas para travestis e transexuais perpassam pela concepção plural de gênero no magistério superior, aliada às condições de vida humana que estes sujeitos estão alojados. Do ponto de vista social, entender esta dinâmica é essencial à compreensão das políticas públicas, entendendo-as como materialização de discursos emergentes em uma sociedade em constante mutação.

Percepção de Gênero, Identidades e Vozes na Modernidade Líquida

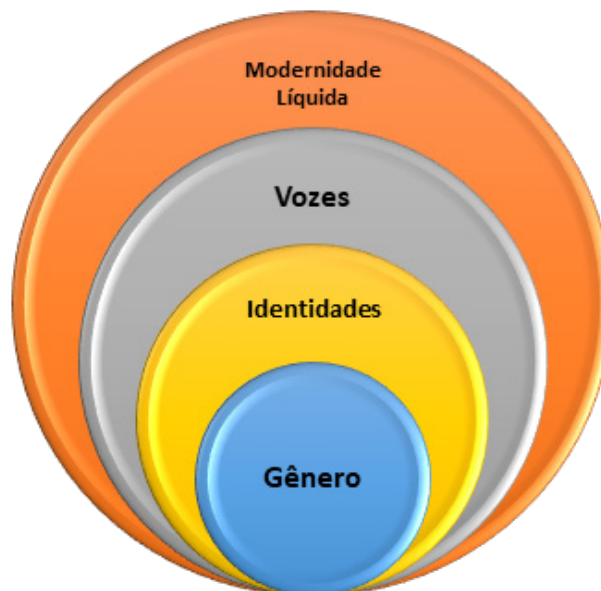
Neste tópico, apresentamos algumas considerações teóricas acerca da discussão de identidades de gênero pertinentes ao contexto investigativo deste trabalho. Para isso, discorreremos

acerca da percepção de identidades e vozes emergentes nas demandas de uma sociedade dita “líquida” (BAUMAN, 2008; BAUMAN, 2004). Nesse sentido, dizemos que argumentar sobre a égide enunciativa do comportamento social pós-moderno é, sem dúvidas, algo complexo.

As demandas sociais emergentes têm revelado diferentes percepções sobre comportamento, reverberando um apanhado de maneiras eficientes à prática da interação entre pessoas. Nesse sentido, podemos dizer que a sociedade tem se mostrado cada vez mais orgânica, levando-os a perceber movimentações em todos os seus eixos. Diante disso, as investigações em Ciências Humanas e Sociais têm desempenhado função precípua no que se refere ao debate sobre isso, levando em consideração todo o entorno em que estes fenômenos têm se estabelecido (MORIN, 2011; MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003).

Na tentativa de representar a fluidez com a qual os acontecimentos têm se delineado na modernidade líquida, apresentamos a Figura 02. Na ilustração, apresentamos, por meio de uma estratificação, como os discursos sobre gêneros podem ser compreendidos à luz da percepção de Bauman (2008; 2004).

Figura 02. Representação da (des) construção da identidade de gênero na modernidade líquida.



Fonte: Dos Autores

A figura acima é caracterizada por quatro camadas sobrepostas, as quais representam, simbolicamente, as projeções discursivas no que compete à construção das identidades de gênero. Nesse sentido, podemos entender que se trata de uma construção processual no que compete ao discurso, partindo da premissa de que o “gênero” acompanha os movimentos orgânicos da sociedade como um todo.

No que compete ao “gênero”, identificado na esfera de cor azul, podemos dizer que existe uma larga discussão acadêmica na tentativa de defini-lo. Entretanto, sabemos que isso é passível de questionamento, partindo da premissa de que a ideia de “gênero” consiste justamente na percepção de não rotulação. Logo, trata-se de algo que opera no plano de sentir e do se (re) conhecer, pois está relacionada à maneira de como o sujeito de vê e se percebe nas relações sociais estabelecidas. Por isso, é possível afirmar que não estabelece uma relação direta com o biológico, e mais com esferas abstratas, que se desdobram a partir de movimentos psicológicos, emocionais e relacionais (FABRÍCIO, 2017; HALL, 2006; HALL, 2003; BUTLER, 2003; BUTLER, 1997).

Já a ideia de “identidades”, identificada na esfera amarela da figura, tem relação, justamente, com essa pluralidade de maneiras que um mesmo sujeito pode entender seu gênero, o que retoma a percepção anti-rotulação, que mencionamos acima. Optamos por utilizar o termo “identidades”, no plural, em detrimento de “identidade”, no singular, justamente na tentativa de aderência às múltiplas maneiras como o sujeito pode se entender socialmente. Isso, por sua vez, semiotiza

também o terreno movediço com o qual as discussões sobre essa temática tem caracterizado (FABRÍCIO, 2017; CASTRO 2018; CASTRO, 2010; BOHN, 2013; MAHER, 1998; MAHER, 2007).

Mapear as identidades de gênero exige do pesquisador o entendimento acerca dos desdobramentos que as potencialidades vocais desempenham no desenhar da interação humana. Nesse sentido, trouxemos na esfera roxa da figura a percepção de “vozes” contida nos entremeios discursivos. A ideia de vozes que utilizamos neste artigo tem relação com a recombinação de falas ideológicas que são construídas com o tempo e, com isso, ajudam a construir padrões sociais. Logo, entendemos que a voz representa uma gama de ideologias que a se configuram como motivadoras da construção de identidades. Assim, a voz, nos estudos aplicados, representa uma série de outras vozes, as quais suplicam por serem ouvidas por grupos socialmente privilegiados (BAKHTIN, 1984; BAKHTIN, 2003; BAKHTIN, 2006; MEY, 2001; PEREIRA, 2020; PEREIRA, 2021).

Na última esfera da figura, temos a “modernidade líquida”, a qual engloba toda a discussão teórica que trazemos neste trabalho. Do ponto de vista sociológico, a modernidade líquida se caracteriza pela efemeridade das relações humanas, motivadas pela igual rapidez em que as opiniões são formadas e creditadas. Isso, por sua vez, tende a justificar a multiplicidade de facetas que assumimos no decorrer de nossas intervenções sociais, bem como a constante reconfiguração de pensamentos que movimentam os seres humanos (BAUMAN, 2008; BAUMAN, 2004).

Em suma, acreditamos que as noções teóricas representadas na Figura 02 podem nos ajudar a entender a dinâmica dos dados que constituem o *corpus* de análise, ao mesmo tempo também que tendem a colaborar na compreensão do mapeamento das pesquisas científicas evidenciadas neste artigo.

Metodologia da Pesquisa

Este tópico tem por objetivo descrever o percurso de coleta dos dados, a saber os critérios que motivaram o recorte e seleção das pesquisas acadêmicas listadas abaixo. Entendemos que a compreensão da metodologia utilizada na pesquisa é um ponto basilar ao entendimento dos rigores acadêmicos, os quais ajudam a aferir rigor científico a esta discussão (PEREIRA; ANGELOCCI, 2021; SÁ-SILVA et al, 2009; CELLARD, 2008; SEVERINO 2006).

A pesquisa ora delineada caracteriza-se como uma investigação bibliométrica e documental, partindo do pressuposto de que entendemos o referido mapeamento como uma projeção bibliográfica, considerando que fizemos uma espécie de linha do tempo para construir sentidos acerca dos dados (PEREIRA; ANGELOCCI, 2021; SEVERINO 2006).

Em tempo, a pesquisa documental também se faz pertinente, pois aplicamos a percepção sociológica de documento: aquele que representa e agrega em si valores comportamentais de uma sociedade inconstante, realocada dentro de um recorte de tempo e de espaço (SÁ-SILVA et al. 2009; CELLARD, 2008).

A abordagem de pesquisa é de natureza qualitativa, uma vez que optamos pelo olhar intersubjetivo para entendimento dos dados. Trata-se, portanto, de uma abordagem bastante utilizada no contexto investigativo das Ciências Humanas e Sociais, pois exige do pesquisador um olhar sensível às práticas sociais que operam ao redor do *corpus*. Assim, optamos por um olhar subjetivo de construção de sentidos, porém galgado em critérios textuais-discursivos (PEREIRA; ANGELOCCI, 2021; BORTONI-RICARDO, 2008; SEVERINO 2006).

Os dados que constituem o *corpus* desta pesquisa foram extraídos do Portal de Periódicos da CAPES, a partir do recorte de tempo estabelecido entre 2012 e 2022. Por meio da busca pelas expressões “políticas públicas de gênero” (110.788 resultados) + “identidades de gênero e direitos humanos” (10.551 resultados), chegamos a 5 produções acadêmicas que podem servir como instrumentos de análise documental. A soma de ocorrências obtidas por meio da referida busca somou um total de 121.339 resultados.

A priori, as ocorrências mapeadas podem dar a impressão de grandes quantidades. Todavia, ao analisarmos a aderência com a temática mencionada, boa parte delas não se enquadraram ao que buscávamos, utilizando-se dos termos buscados apenas em partes estratégicas do texto, como resumo e título, por exemplo. Entendemos que isso não representou substancialmente os critérios de seleção dos dados.

Resultados e Discussão

Neste tópico, apresentamos a discussão e descrição dos dados. Elencamos produções acadêmico-científicas que versam sobre políticas públicas e identidades de gênero no contexto da educação superior brasileira. O Quadro 01 sistematiza as referidas produções, disponíveis na base de pesquisa da CAPES.

Quadro 01. Relação de Produções Acadêmicas (2012-2022).

Autor (es)	Título	Objetivo Geral	Ano	Canal de Publicação
Sousa	Humano demasiado inumano: gênero, direitos humanos e discursos em disputa	Analisar como os ideais normativos que produzem o sujeito de direitos humanos, Reconhecem questões de humanidade de dissidentes sexuais e de gênero.	2020	Revista Direito, Estado e Sociedade
Alves e Rossi	Políticas Públicas de Gênero e Sexualidade na Educação: Breve Análise sobre a “Ideologia de Gênero”	Discutir a “Ideologia de gênero” partindo das políticas públicas educacionais, no que tange a gênero e sexualidade, iniciando esta análise pela década de 1990.	2020	Revista Educação: Teoria e Prática
Sousa, Graupe e Locks	Políticas Públicas de Gênero no Contexto Escolar: Percepções de Orientadoras Educacionais	Refletir sobre as políticas públicas de gênero no contexto escolar.	2019	Revista Latino Americana de Geografia e Gênero,
Smith e Santos	Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos	Apresentar uma compreensão teórica da violência de gênero, a partir dos debates dos casos de violência decorrentes da discriminação baseada na orientação sexual ou na mudança da identidade de gênero.	2017	Revista Direito e Práxi
Nardi, Vieira e Machado	Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas	Apresentar uma discussão sobre diversidade sexual, a partir da relação entre gênero e políticas públicas.	2013	Revista Estudos Feministas

Fonte: Dos Autores

Após a triagem para enumeração das produções em destaque, decidimos escolher como dados de pesquisa aqueles artigos que contemplam diretamente a proposta, servindo, portanto, como instrumento capaz de semiotizar projeções acerca do tema proposto de uma maneira mais efetiva. Os artigos estão dispostos no quadro acima em ordem decrescente no que se refere às datas de suas respectivas publicações.

No artigo “Humano demasiado inumano: gênero, direitos humanos e discursos em disputa”, Sousa (2020) analisa de que maneira os ideais normativos que orientam os sujeitos sociais de acordo com os DH reconhecem a importância de se levar em consideração aspectos ligados à humanidade e o respeito no que compete às identidades sexuais e de gênero. Para isso, a autora trava uma densa discussão teórica, por meio da qual traça uma linha do tempo responsável por historicizar o conceito de gênero desde os tempos da idade média.

Do ponto de vista discursivo, trata-se de um percurso essencial ao entedimento de temáticas que representam mudanças comportamentais do homem, partindo da premissa de que, para compreendermos os desdobramentos sobre respeito e DH sobre identidades de gênero, temos que

entender o que seriam tais identidades e tais gêneros dentro de um recorte de tempo e espaço. Isso, por sua vez, constitui uma estratégia argumentativa eficiente capaz de colaborar na sustentação da tese de pesquisa (CADEMARTORI, GRUBBA, 2012; MOLINARO, 2017; SARTORI, 2022; SARTORI, 2020; SILVA et al. 2021).

Para esta pesquisa, o trabalho de Sousa (2020) nos ajuda a pensar sobre os mecanismos adotados pelo Estado, durante o tempo, na tentativa de assegurar a execução dos DH junto às minorias. Entendemos que se trata de um trabalho relevante, pois agrega possibilidades de diferentes discussões a saber o recorte temporal e espacial que o leitor decidir fazer a partir da cronologia traçada pela autora.

Em “Políticas Públicas de Gênero e Sexualidade na Educação: Breve Análise sobre a Ideologia de Gênero”, Alves e Rossi (2020) apresentam uma discussão acerca da ideia de “ideologia de gênero” ao considerarem as políticas públicas sobre sexualidade no contexto da educação. Como recorte de tempo, os autores decidem iniciar suas projeções investigativas a partir da década de 1990, quando as políticas públicas no Brasil começaram a apresentar movimentações mais expressivas no que concerne à referida temática.

De acordo com a LA, trazer temáticas sobre ideologias de gênero em contextos em que tal discussão ainda não é posta em centro é, evidentemente, aferir vozes a um grupo suleado, de maneira a entender suas dinâmicas sociais, bem como suas respectivas representatividades em contextos já dominados por uma ideologia dita dominante. Dessa forma, ouvir estas demonstrações vocálicas nos ajuda a pensar sobre demandas sociais que sempre existiram socialmente, porém foram, secularmente, não consideradas, em razão de uma sociedade de bases estruturais preconceituosas (FABRÍCIO, 2017; CASTRO 2018; CASTRO, 2010; BOHN, 2013; MAHER, 1998; MAHER, 2007).

Para esta pesquisa, o trabalho de Alves e Rossi (2020) mostra-se relevante, pois nos ajuda a pensar sobre os primeiros movimentos das políticas públicas sobre identidades de gênero, o que é algo bastante representativo para que seja possível entender também a atual conjuntura do cenário brasileiro. Evidentemente, entendemos também que as movimentações sobre isso nos anos 1990 foram bastante embrionárias. Todavia, não podemos deixar de considerar os esforços feitos naquele contexto histórico, em que as demandas sociais eram outras em relação ao cenário da segunda década do século XXI.

No artigo “Políticas Públicas de Gênero no Contexto Escolar: Percepções de Orientadoras Educacionais”, Sousa, Graupe e Locks (2019) refletem acerca das políticas públicas de gênero no âmbito escolar. Para isso, os autores desenvolveram uma pesquisa qualitativa, aplicada junto às gestoras educacionais em uma realidade específica. A intenção era fazer um mapeamento sobre as percepções de tais gestoras no que se refere à implantação desse tipo de política na escola em que atuavam. A investigação revelou a dissonância entre o conhecimento sobre a referida política e o fazer pedagógico das orientadoras educacionais, sujeitos da pesquisa.

De acordo com os estudos aplicados da linguagem, a assimetria entre saber e executar, quando ocorrida no contexto educacional, sugere um desencontro entre discurso e prática pedagógica. Nesse sentido, podemos dizer que existem forças centrípetas e centrífugas que podem acarretar em prejuízos do aspecto relacional entre as pessoas que operam naquele contexto investigado. Infelizmente, parece ser algo recorrente em investigações que versam sobre fortalecimento de minorias e vozes suleadas (MOITA LOPES, 2003a; MOITA LOPES, 2006a; SIGNORINI, 2006; BOHN, 2013; PEREIRA, 2016; PEREIRA, 2017).

Para esta pesquisa, o trabalho de Sousa, Graupe e Locks (2019) é pertinente, uma vez que colabora ao entedimento de várias outras projeções investigativas similares, as quais revelam que o não conhecimento é um fator agravante ao processo de vozeamento desses grupos suleados. Nesse sentido, mapear estas resistências no contexto escolar permite visualizar também dissonâncias entre teorias e práticas em outros domínios da escola, como, por exemplo, nos aspectos didáticos do ensino em si e na supervalorização do conteúdo em detrimento do foco nas habilidades e competências do discente.

Em “Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos”, Smith e Santos (2017) apresentam uma discussão teórica sobre violência de gênero em contextos educacionais, levando em consideração aspectos transformativos sociais sobre identidades de gênero. Motivados pelo índice de violência crescente contra gays no contexto da educação brasileira, os autores decidiram

triangular argumentos que nos ajudam a pensar sobre os possíveis gatilhos causadores de situações vexatórias em domínios públicos.

Do ponto de vista ideológico-discursivo, é necessário relativizarmos a percepção sobre “corpo”, conferindo-lhe um sentido que não pode se esgotar em aspectos puramente biológicos. Entender o corpo como instrumento de semiotização social, que parte do individual para o coletivo, e não o inverso, é uma mola propulsora para a compreensão de autoridade e domínio sobre si mesmo. Em outros termos, o nosso corpo pode ser entendido como instrumento social no sentido de ajudar a construir situações coletivas, carregadas de ideologias. Entretanto, antes disso, trata-se de um instrumento individual, que agrega perspectivas filosóficas de conhecimento de mundo do sujeito, conferindo-lhe direito de se utilizar dele da maneira que julgar pertinente (HALL, 2006; HALL, 2003; BUTLER, 2003; BUTLER, 1997).

Para esta pesquisa, o trabalho de Smith e Santos (2017) mostra-se como pertinente a saber a complexidade com a qual se apropria da definição filosófica e sociológica do corpo como instrumento de semiotização social, motivadora de conflitos violentos no contexto educacional. Entendemos que esse olhar muito pode agregar às discussões no âmbito dos DH, de maneira a mostrar-se fértil para investigação em áreas correlatas também.

Já em “Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas”, Nardi, Vieira e Machado (2013) apresentam uma discussão sobre diversidade sexual, a partir da relação entre gênero e políticas públicas pelo viés intercultural. Nesse sentido, consideram a importância do respeito na manutenção de uma cultura de paz entre diferentes olhares de mundo em um mesmo espaço.

No contexto investigativo dos DH, as discussões sobre interculturalismo e multiculturalismo são latentes e bastante importantes ao entendimento do que seriam os direitos humanos enquanto leque de possibilidades sociais. Nesse sentido, entendemos que falar sobre diversidade sexual exige que seja levado em consideração que tal diversidade só se configura dessa forma, porque a cultura é igualmente diversa. Logo, identidades de gênero e aspectos culturais são elementos indissociáveis (CADEMARTORI; GRUBBA, 2012; MOLINARO, 2017; SILVA et al. 2021).

Para esta pesquisa, as colaborações de Nardi, Vieira e Machado (2013) são representativas, uma vez que nos ajudam a pensar em fatores abstratos para que seja possível entender o concreto. Em outros termos, para que as políticas públicas sobre diversidade sexual sejam analisadas de maneira satisfatória, é impossível não considerar toda uma gama de forças ideológicas que costumam o entorno de uma dada comunidade social.

Em suma, entendemos que as pesquisas aqui mapeadas e descritas exercem função precípua no que compete à construção de uma linha do tempo sobre políticas públicas de identidades de gênero, pois avançam em algum aspecto dessa discussão. Por outro lado, é necessário avançarmos ainda mais, dadas às necessidades de uma sociedade em constante mutação, em que as convicções tendem a ser efêmeras e conflituosas.

Considerações Finais

Neste artigo, apresentamos a construção de um percurso sobre políticas públicas de identidades de gênero no cenário acadêmico-científico brasileiro. Para isso, fizemos um mapeamento de investigações alojadas na plataforma de periódicos da CAPES, a partir do recorte temporal de dez anos (2012-2022), pois entendemos que o fazer científico é dinâmico e, com isso, a eficiência das discussões acadêmicas tem um prazo de validade relativamente curto, a depender do montante de discussões capazes de reverberar avanços na área que se refere (MORIN, 2011; MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003).

A partir deste mapeamento, os dados revelaram que existem poucas discussões desenvolvidas sob a égide das políticas públicas de ingresso e permanência de minorias de gênero publicadas na última década no Brasil. Evidentemente, existem trabalhos acadêmicos que problematizam aspectos ligados à discussão de gêneros, mas com focos diferentes ao que se propõe neste trabalho. Isso, por sua vez, nos faz pensar sobre a necessidade de se discutir, de maneira mais densa, acerca da referida temática, partindo do pressuposto da crescente onda de rejeição e violação de travestis e transexuais na educação superior do país.

Ainda nesse sentido, reforçamos que a importância deste trabalho exerce função social

e acadêmico-científica. No que compete à primeira delas, entendemos que seja necessário conscientizar as pessoas sobre a importância de aspectos voltados ao respeito e à tolerância no processo de relação coletiva; já no que compete à segunda função mencionada, podemos considerar o papel transformador da ciência nas práticas humanas, independentemente da área do saber em que o cientista está alojado (SARTORI, 2022; SARTORI, 2020).

Por fim, esperamos que este artigo possa incentivar discussões vindouras sobre a temática aqui discutida, de maneira a catalisar olhares construídos a partir dos proceitos do bem-viver social e do respeito coletivo. A partir disso, podem surgir desmembramentos de pesquisa, em várias áreas do saber humano, com vistas a colaborar de diversas formas à construção do saber científico.

Referências

ALVES, J. A. C.; ROSSI, C. R. Políticas Públicas de Gênero e Sexualidade na Educação: Breve Análise sobre a “Ideologia De Gênero”. **Educação: Teoria e Prática**/ Rio Claro, SP/ v. 30, n.63/2020.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo/SP: HUCITEC, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo/SP: HUCITEC, 2003.

BAKHTIN, M. **Problems of Dostoevsky's Poetics**. London: University of Minnesota Press, 1984.

BAUMAN, Z. **Vida para o Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.

BOHN, H. I. Ensino e Aprendizagem de Línguas: Os atores da sala de aula e a necessidade de rupturas. In.: MOITA LOPES, L. P. (org). **Linguística Aplicada na Modernidade Recente: Festschrift para Antonieta Celani**: São Paulo/SP, 2013. p. 79-98.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Cuerpos que Importan: Sobre los límites materiales y discursivos del sexo**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

CADEMARTORI, L. H. U.; GRUBBA, L. S. O Embasamento dos Direitos Humanos e sua Relação com os Direitos Fundamentais a partir do Diálogo Garantista com a Teoria da Reinvenção dos Direitos Humanos. **Revista Direito**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 703-724, Jul-Dez 2012.

CASTRO, N. M. **Histórias de In/Exclusão na Escola: Análise Semiótica de Histórias de Vida e de Formação de Acadêmicos Homossexuais na UFT**. 2018. 177f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura). Universidade Federal do Tocantins, UFT, Araguaína: TO, 2018.

CASTRO, N. M. **Representações de identidades de gênero e de sexualidade nos discursos de professores de educação infantil**. 2010. 123f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Linguística Aplicada) Instituto de Estudos da Linguagem, IEL, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: SP, 2010.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

- COSTA, M. C. V. O magistério e a política cultural de representação e identidade. In: COSTA, M. V. (org.). **O magistério na política cultural**. 1 ed. Canoas (RS): Editora da ULBRA, 2006, v. 1, p. 69-92.
- FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada e visão de linguagem: por uma INdisciplinaridade radical. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 599-617, 2017.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- KLEIMAN, A. B. Agenda de Pesquisa e Ação em Linguística Aplicada: Problematizações. In.: MOITA LOPES, L. P. (orgs). **Linguística Aplicada na Modernidade Recente: Festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo/SP: Parábola, 2013. p. 39-58.
- LATOUR, B. **Reagregando o Social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador/BA: EDUSC, 2012.
- LEFFA, V. J. A auto-heteroecoformação tecnológica. In.: MOITA LOPES, L. P. (org). **Linguística Aplicada na Modernidade Recente: Festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo/SP: Parábola, 2013. p. 59-78.
- LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MAHER, T. M. Em busca de Conforto Linguístico e Metodológico no Acre Indígena. **Trabalhos em Linguística Aplicada (UNICAMP)**, v. 47, p. 409-428, 2007.
- MAHER, T. M. Sendo Índio em Português. In: SIGNORINI I.(Org.). **Lingua(gem) e Identidade: Elementos para uma Discussão no Campo Aplicado**. 1 ed. Campinas, SP: Mercado de Letras; FAPESP;FAEP/UNICAMP, 1998, v. 1, p. 115 138.
- MEY, J. L. **As Vozes da Sociedade: Seminários de Pragmática**. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, 2001.
- MOITA LOPES, L. P. da (org). **Discursos de Identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2003.
- MOITA LOPES, L. P. da. Linguística Aplicada e Vida Contemporânea: Problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In.: MOITA LOPES, L. P. da (org). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006a. p. 85-108.
- MOITA LOPES, L. P. da. Uma Linguística Aplicada Mestiça e Ideológica: Interrogando o campo como linguista aplicado. In.: MOITA LOPES, L. P. da (org). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006b. p. 13-44.
- MOLINARO, C. A. Dignidade, Direitos Humanos e fundamentais: uma nova tecnologia disruptiva. **Rev Bio y Der**, v. 39, n. 1, p. 103-119, 2017.
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- MORIN, E; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. **Educar na Era Planetária: O pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- NARDI, H. C.; SILVEIRA, R. S.; MACHADO, P. S. (Org.). **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- PEREIRA, B. G. La Sociopragmatique de Jacob Mey: Considérations sur la Théorie des Voix Sociales. **Scholars International Journal of Linguistics and Literature**, v. 4, p.179-182, 2021.

PEREIRA, B. G. Análise del Discurso sui media e delle voci sociali: Costruzione linguistica e ideologica dei fenomeni di massa in Brasile. **Latin American Journal of Development**, v. 2, p. 330-340, 2020.

PEREIRA, B. G. Evolution of Applied Linguistics in Brazil. **Revista São Luis Orione**, v. 4, p. 5-15, 2017.

PEREIRA, B. G. **Relocalização de Saberes Acadêmicos na Construção de Vozes de Professores em Formação Inicial na Escrita Acadêmica Convencional e Reflexiva**. 2016. 350 f. Tese (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, UFT, Araguaína, 2016.

PEREIRA, B. G. Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso em Confluência: Diálogos possíveis em Linguística Aplicada. **Revista Ribanceira**, Belém. v. 1, n. 4. Jul. Dez. 2015. p. 32-43.

PEREIRA, B. G.; ANGELOCCI, M. A. **Metodologia da Pesquisa**. Pará de Minas (MG): Editora VirtualBooks, 2021.

SARTORI, T. L. Análise da Educação Brasileira em Face ao Estudo da Sexualidade: Marginalização da Educação Sexual na BNCC. **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23 , n. 00 , e022001, jan./dez. 2022.

SARTORI, T. L. **Educação, Direitos Humanos e Violência Homofóbica no Ambiente Escolar: A Concepção dos Gestores**. 2020. 130f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, São Caetano do Sul: SP, 2020.

SÁ-SILVA, J. R. *et al.* Pesquisa Documental: Pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, n. I. 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2006.

SIGNORINI, I. Prefácio. In.: SIGNORINI, I. (org). **Gêneros Catalisadores: Letramento e Formação do Professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 7-18.

SILVA, C. T. R. *et al.* Educação para uma Cultura de Direitos Humanos: compartilhamento intersubjetivo de valores. **Scientific Electronic Library Online**, 2021.

SMITH, A. S. P. O.; SANTOS, J. L. O. Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, 2017, p. 1083-1112.

SOUSA, L. A. B. de; GRAUPE, M. E.; LOCKS, G. A. Políticas Públicas de Gênero no Contexto Escolar: Percepções de Orientadoras Educacionais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p.197-213, 2019.

SOUSA, T. S. Humano demasiado inumano: gênero, direitos humanos e discursos em disputa. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 56, p. 292 a 315 jan/jun 2020.

Recebido em: 27 de julho de 2022.
Aceito em: 05 de dezembro de 2022.